

11º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA EM CURITIBA

31 DE JULHO A 3 AGOSTO DE 2018

ÁREA TEMÁTICA: COMPORTAMENTO POLÍTICO

**RELAÇÃO ENTRE OS DEPUTADOS FEDERAIS DA 55ª LEGISLATURA E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

AUTOR(A): JÉSSICA PÁDUA BATISTA¹

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

¹ <http://lattes.cnpq.br/9593015617567523>

RESUMO

A presente pesquisa aborda a relação entre os deputados federais da 55ª legislatura e os movimentos sociais considerando a origem da vida pública do político. Os dados em que se baseiam a pesquisa foram coletados online, inicialmente no site da câmara dos deputados onde foi possível construir uma lista de todos os deputados em exercício, do partido de cada um, bem como o gênero deles. As informações foram colhidas preferencialmente no site do político, caso este não tivesse site próprio, no site do partido. Em seguida computamos três fatores, a quantidade de políticos oriundos dos movimentos, independente de partido ou gênero, para determinar os números absolutos da contagem, a relação da origem do político e o partido, e por fim relaciona-se a trajetória e o gênero. Primeiro verificou-se quantos deputados tinham iniciado a vida pública através dos movimentos sociais, com fim de avaliar a intersecção entre movimentos sociais e a câmara dos deputados que é formada pelos representantes do povo brasileiro e em alguma medida constitui a referência de representatividade da população. Analisaram-se quais partidos se destacavam com maior número de militantes de movimentos sociais em seus quadros. E, por fim, analisou-se se a diferença entre os gêneros teria algum impacto na origem dos deputados considerando se são homens ou mulheres, analisando se proporcionalmente há mais mulheres que iniciaram a vida pública através dos movimentos sociais, se havia diferença proporcional entre homens e mulheres oriundos de movimentos sociais no início da carreira política.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Deputados; Partidos; Gênero.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender como funciona a dinâmica entre os Movimentos Sociais e os deputados federais na fronteira entre Estado e Sociedade Civil. Sabe-se que os Movimentos Sociais apresentam demandas populares e a Constituição Federal determina que câmara dos deputados reúne os representantes eleitos pelo o povo tornando relevante observar a interação entre eles .

Enfrentar a relação entre movimentos e sistema político como tema empírico e teórico a significa reconhecer o ambiente próprio que acomoda e organiza as energias aplicadas nos processos de interação. Ou seja, o maior obstáculo da análise é justamente descobrir aquilo que está entre ambos e que certa forma explica e permite a formação desses padrões de interação. Na medida em que qualquer esforço no sentido de facilitar relações e interconexões entre os campos terá que reportar-se às dimensões (Estado e Sociedade) que constroem essa distância entre eles, ou seja, terá que estabelecer meios que permitam reduzir a distância, porém sem extinguir as fronteiras nas quais se sustentam, principalmente a concepção de autonomia recíproca. (TATAGIBA 2008).

Porem a concepção de autonomia recíproca impede que se perceba algumas das relações complexas que existem entre indivíduos no Estado e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais. Ao considerar o Estado somente como um bloco homogêneo que opera em outro campo organizativo, não será possível perceber redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. Nesse sentido, não só é relevante teorizar sobre como os Movimentos Sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado, mas também deve-se compreender como, às vezes, Movimentos Sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando dentro do Estado. (ABBERS E BULLOW, 2011).

Como durante o regime militar já havia partido que defendia as ideias da direita e os partidos que já existiam nesse período permaneceram no campo político e seus dissidentes também criaram partidos, em relação a quantidade de militantes de movimentos sociais, supomos que os partidos de esquerda têm mais ativistas, devido a aproximação com os movimentos sindicais e estudantis que se mobilizaram nos anos 80 e assim, a partir da interação mais ou menos intensa e continuada com atores do campo político-institucional os movimentos buscam o acesso ao poder político, de forma a produzir resultados no plano legislativo, nos processos de formulação das políticas públicas, no controle sobre os aparatos administrativos. (TATAGIBA 2008).

No que diz respeito a diferenças entre os gêneros, a hipótese é que a partir da discrepância entre as funções sociais que exercem, como por exemplo que as mulheres estão mais voltadas para a comunidade e os homens para a economia, o papel político e a trajetória podem refletir nos índices de participação nos movimentos sociais

A primeira parte da pesquisa foi desenvolvida quantitativamente reuniu-se a lista contendo todos os deputados, os partidos, os Estados e o gênero. Em seguida, as informações se eles vêm de Movimentos Sociais foram coletadas no site do próprio deputado, em caso de ausência de site próprio no site do partido e na ausência do site do partido, google, priorizando as informações mais relevantes com fontes mais confiáveis. A partir de esses dados formular gráficos que demonstrem quantos são os deputados, os partidos e o gênero.

Os dados em que se baseiam a pesquisa foram coletados online, inicialmente no site da câmara dos deputados onde foi possível construir uma lista de todos os deputados em exercício, do partido de cada um, bem como o gênero deles. Em seguida computamos três fatores, a quantidade de políticos oriundos dos movimentos, independente de partido ou gênero, para determinar os números absolutos da contagem, posteriormente a relação da origem do político e o partido, e por fim relação entre a trajetória e o gênero.

O desafio metodológico, é claro, é mapear e analisar as redes que conectam atores de Movimentos Sociais com atores estatais, de tal forma que possamos verificar se indivíduos que ocupam cargos no Estado podem ser incluídos como “membros” de um movimento. A coleta sistemática de dados sobre os tipos de laços entre atores estatais e não estatais de diferentes Movimentos Sociais, e como esses laços se transformam ao longo do tempo, é um esforço de pesquisa que ainda está por ser realizado. (ABBERS E BULLOW, p.78, 2011).

Por tudo isso, apesar da literatura abordar o tema dessa interação constantemente ainda está longe de exaurir o assunto, principalmente diante da pouca pesquisa empírica na área, assim consideramos que iniciamos um tópico importante que dará margem a novas análises da dinâmica entre os atores do Estado e da Sociedade Civil.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITO E PRINCIPAIS TEORIAS

Os estudos das teorias dos Movimentos Sociais estão em contínua transformação; esse processo é correspondente à constante mutação da sociedade, visto que o homem é um ser em constante evolução. Nos anos 1970, quando esses fenômenos eclodiram, ao constatarem que eles não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada, solidaria e ordeira de milhares de pessoas, longe da ideia de revolução armada, como acontecia nos séculos anteriores, era necessário uma explicação, o que gerou as teorias dos Movimentos Sociais (ALONSO, 2009).

Os meios, as pessoas e as reivindicações dos Movimentos Sociais modificam-se e evoluem historicamente: tratando-se de uma instituição inventada, o Movimentos Sociais poderia dissipar-se ou sofrer uma transformação para algum modelo de política completamente diferente,

comparado com as formas de política conhecida de base local. Dessa forma, os Movimentos Sociais dependem intensamente de empreendedores políticos para sua eficácia e longevidade, uma vez que os Movimentos Sociais tenham se constituído em um determinado panorama político; o padrão, a comunicação e a cooperação promovem sua adesão em outras situações semelhantes (TILLY, 2010).

Maria da Glória Gohn (2008) aborda quatro pilares teóricos dos movimentos e seus principais autores. O primeiro pilar são as Teorias desenvolvidas com base em eixos culturais, referentes ao processo de construção de identidades, em que diversos tipos de pertencimentos são imprescindíveis, onde os indivíduos formam-se conexões, e as ações são resultado de processos de reflexividade: os indivíduos participantes estabelecem novos significados para suas ações a partir do próprio agir coletivo. Destaca-se nessa abordagem, Alan Touraine. O segundo pilar são as Teorias concentradas no eixo da justiça social, que evidencia as questões do reconhecimento das diferenças, das desigualdades e as questões da redistribuição de bens ou direitos, como forma de compensar as injustiças historicamente acumuladas, tendo Honneth como um de seus principais defensores. As Teorias que destacam a capacidade de resistência dos Movimentos Sociais formam o terceiro pilar, a partir de elaborações sobre o tema da emancipação, de formas de lutas em busca da construção de novas relações sociais não focadas ou orientadas pelo mercado, da luta contra o neoliberalismo. Nessa abordagem, critica-se veementemente identidades construídas em gabinetes burocratizados em detrimento de identidades políticas construídas em longas jornadas de lutas. Por fim, o último pilar são as Teorias que direcionam todas as atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas. Preocupam-se com os vínculos e redes de sociabilidade das pessoas, assim como o desempenho das pessoas em instituições, organizações, espaços segregados, associações, etc. um dos autores de referência desse eixo teórico é Sidney Tarrow.

Quanto às teorias em si, Alonso (2009) mapeia os movimentos e explica cada teoria, começando pela Teoria da Mobilização de Recursos que privilegia a racionalidade e a organização e é bastante criticada pela pouca ênfase dada ao aspecto cultural. A Teoria do Processo Político, que parte para um viés histórico, foca na mobilização política baseado no conflito entre sociedade e Estado como formas de ação coletiva. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais abrange aspectos multidimensionais, demandas não materiais e mudanças culturais a longo prazo, distanciando-se do aspecto econômico das outras teorias.

No Brasil, o aumento da participação surgiu como pleito da Sociedade Civil, no decorrer da luta pela redemocratização do regime. A partir do final da década de 1970, a intensificação dos problemas sociais e a crise do setor público abriram espaço para o questionamento do padrão centralizador, autoritário e excludente que marcara a relação entre as agências estatais e os favorecidos pelas políticas públicas, assim como para a percepção da incapacidade do Estado de arcar com as demandas sociais. O tema da participação incorporava as expectativas em relação à democracia a ser

construída: uma democracia inclusiva, a partir da ativação da mobilização e do poder das classes populares (TATAGIBA 2008).

No período do regime militar havia reivindicações relacionadas às classes, redistribuição de renda, direitos civis e políticos, período em que movimentos sindicais e estudantis se destacaram e inclusive militavam conjuntamente por demandas análogas, mantendo o Estado como inimigo comum e social. Com a redemocratização e ampliação dos direitos políticos a relação entre Estado e sociedade se reconfigura e seus contornos atenuam, e até se dissipam em certa medida, casos em que os ativistas agem dentro do Estado ou o governo amplia a liberdade dos movimentos manifestarem suas premissas (CARDOSO, 1994).

Dentro desse novo contexto, Dagnino (2004) sugere a existência de uma *confluência perversa*, onde a dinâmica do funcionamento das relações entre Sociedade Civil e Estado que vai de encontro com o processo político neoliberal ao ampliar o projeto participativo dos setores da Sociedade Civil e isso reflete nas novas demandas dos Movimentos Sociais e a literatura precisa se aperfeiçoar para compreender como a interação entre Estado e Sociedade Civil avança. Estudos sobre a relação entre Movimentos Sociais e o Legislativo são raros no Brasil, apesar de que em vários setores de políticas e em diferentes momentos históricos, Movimentos Sociais atuaram junto a partidos políticos para que leis ou artigos importantes fossem aprovados. (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA; 2014). Os autores analisam momentos em que o Estado é visto como prescindível ou situações em que é considerado oponente, e assim as teorias ora enfatizam a organização interna e o funcionamento dos Movimentos Sociais, ora se voltam para a relação sociedade-Estado, estabelecendo polos e revelando a simbiose entre esses atores.

Tilly (2010) apresenta um complexo político de três elementos, que combinados entre si denomina de Movimentos Sociais: 1) campanhas de reivindicações dirigidas a autoridades alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa. A esse conjunto de empreendimentos, Tilly (2010) chama de “repertório de confronto”. Tarrow (2009) afirma que o confronto político acarreta uma interação com adversários quando é apoiado e estimulado por densas redes sociais e incitado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para ação, resultando no movimento social.

Porém, para Tarrow (2009), a ação coletiva torna-se confronto quando é usada por quem não tem acesso regular às instituições e contra as autoridades. Mas, devido às peculiaridades do caso brasileiro que desafia esta concepção do confronto pela contínua atuação dos movimentos no interior do Estado e a partir da forte interação com agentes públicos, sobretudo em cenários nos quais se identifica compartilhamento de projetos políticos entre Estado e Sociedade (DAGNINO, 2004), inclusive, a decisão dos movimentos em agir institucionalmente resultou no surgimento de um novo

partido político (o Partido dos Trabalhadores) que levou para a arena política, demandas e projetos históricos dos Movimentos Sociais, resultando num aprofundamento da democracia (TATAGIBA, 2009),

Portanto, para o presente trabalho será utilizado o conceito de “repertório de interação” desenvolvido por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), que adiciona ao repertório construído por Tilly (2010) outros quatro meios de interação Sociedade-Estado: 1) protestos e ação direta; 2) participação institucionalizada; 3) política de proximidade; 4) ocupação de cargos na burocracia.

A participação institucionalizada é caracterizada pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas, aceitas pelos envolvidos como por exemplo: o orçamento participativo. A política de proximidade funciona através de contatos pessoais entre atores de Estado e Sociedade Civil. Atores específicos obtêm destaque através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de consideração tal que lhes facultam dispensar as mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos. Tem um aspecto clientelista, mas utilizado para ampliar direitos coletivos, nesses casos, os militantes frequentemente avançam suas bandeiras e objetivos através da negociação direta com os tomadores de decisão, tanto no Legislativo quanto no Executivo, sendo frequentemente tratado como *lobby*, pois usam sua influência para atingir os resultados pretendidos. Já na ocupação de cargos na burocracia para alguns Movimentos Sociais brasileiros, ocupar posições no governo é uma estratégia comum para o avanço de seus objetivos. Quando governos são entendidos como aliados dos movimentos, este meio torna-se mais comum, como aconteceu no Brasil. (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014).

2 PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Os Movimentos sociais não são estáticos e se reinventam dependendo do contexto histórico, os movimentos brasileiros passaram por diversas fases que foram abordadas na literatura nacional.

Cardoso (1994) analisa a trajetória desses movimentos na literatura, ela separa em fases, a “emergência heroica dos movimentos” na década de 1970 e a outra fase institucionalização, a partir da década seguinte, mostrando as diversas roupagens dos movimentos em contrapartida à conjuntura histórica. Inicialmente, os Movimentos Sociais eram vistos como um novo instrumento político, com finalidade distinta dos métodos tradicionais de se fazer política, marcado pela espontaneidade e quebra de paradigmas na política arcaica e revestida de clientelismo que era o modo de atuação dos governantes até então. Na segunda fase, devido à mudança de contexto no campo de atuação dos Movimentos Sociais, estes precisaram se institucionalizar, desenvolvendo novas formas de

gerenciamento das políticas públicas, e o retorno do pluripartidarismo, o que permitiu maior participação dos Movimentos Sociais e abriu o Estado para um maior diálogo com os atores sociais.

Os anos 1970 foram um período produtivo no campo das ações coletivas: naquele momento, “novos” sujeitos políticos começaram a se destacar, como consequência do processo de urbanização do país e aumento das demandas sociais no regime militar. Nesse contexto, a população encontrava nas associações comunitárias um ambiente de intervenção política através de uma pluralidade de organizações populares que viraram instâncias privilegiadas de manifestação dos conflitos sociais, como os grupos de mulheres e organizações ambientalistas (SCHERER-WARREN E LUCHMANN, 2015).

Quando começou o processo de democratização nos anos 1980, com o pluripartidarismo e um novo arranjo do gerenciamento das políticas públicas, se iniciou outra fase que não foi automática pela dinâmica dos próprios movimentos, mas sim porque, havia outro contexto político dentro do qual os movimentos atuavam (CARDOSO, 1994). Nessa década houve dois marcos nas mobilizações sociais, o Movimento pelas Diretas Já que reuniu mais de um milhão e meio de pessoas em São Paulo em abril de 1984, que foi liderado por partidos políticos que lutavam pela redemocratização do Brasil, e o advento da Constituição Federal de 1988. (SCHERER-WARREN E LUCHMANN, 2015).

A construção dos espaços públicos como os Conselhos Gestores e os Orçamentos Participativos, manifesto na Carta Magna, inaugurou novos meios de articulação entre os atores, representando o saldo positivo das décadas de luta pela democratização. A partir de então, grande parte das energias participativas migraram para os esses espaços institucionais, que foi fundamental na consolidação destes meios de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. (DAGNINO, 2002).

Assim, os Movimentos Sociais passaram de um conjunto de pessoas com reivindicações desordenadas em face do Estado a um grupo organizado que se articula negociando com os governantes, sem perder sua autonomia.

Laços, seja com representantes eleitos ou nomeados em um órgão estatal específico, com atores partidários ou com especialistas de subcampo de política pública, poderiam ser tomados como índice de capacidade político-relacional. Tais laços constituem índice adequado pois refletem alianças ou portas para arranjos organizacionais que podem facilitar ou dificultar as interações com atores civis, e tendem a aumentar ou bloquear suas chances de acesso ao Estado e à cristalização de suas demandas e interesses (Lavalle, 2017, p. 32).

Com maior abertura para participar institucionalmente, os movimentos passaram a questionar sua identidade e discurso, visto que a própria ideia de Movimentos Sociais estava intimamente relacionada à espontaneidade e suas identidades particulares, o que dificultou a implantação desses modelos de atuação em conjunto com a administração pública, o que trouxe o

alargamento da esfera pública e a inclusão da esfera privada, na medida em que o privado também se tornou político (CARDOSO, 1994).

A década de 1990 foi caracterizada pelo avanço liberal que trouxe uma nova concepção de cidadania pontuada por 5 aspectos, são eles: 1) o direito a ter direitos; 2) a constituição de sujeitos sociais ativos, buscando reconhecimento; 3) novas formas de sociabilidade, mais igualitário nas relações sociais; 4) processo de construção da cidadania com transformação nas práticas sociais; 5) nova sociedade onde há o direito de definir em que queremos ser incluídos. Assim, o espaço público é lugar onde o conflito é necessário e até legítimo e os direitos passam por constantes reinterpretações (DAGNINO, 1994).

No governo Lula, já nos anos 2000, o tema da “participação da sociedade” estabeleceu espaço para o ajuste inovador de diferentes métodos e rotinas, aumentando as chances de ingresso e influência dos movimentos sobre o Estado, porém, com variações setoriais importantes. Pelo enfoque das relações Estado e movimento, o governo expandiu as possibilidades em relação aos padrões estruturais de interação, o que não necessariamente resulta em ampliação do acesso aos direitos de cidadania, atendimento das agendas do movimento no curto prazo ou fortalecimento das redes dos Movimentos Sociais no longo prazo (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014).

Uma vez que se tornam parte do Estado, os indivíduos precisam prestar contas das suas ações a interesses e atores que vão além do movimento social ao qual pertencem. Estão inseridos em uma hierarquia que limita a sua autonomia e que submete suas ações ao poder de veto de atores com uma lógica distinta, em especial a lógica da política partidária e da criação de coalizões de governo. O resultado pode ser que, ao entrar para o aparato estatal, ativistas de Movimentos Sociais passem a defender posições mais moderadas ou até contrárias à missão do movimento (ABERS & BULLOW, 2011, p.78).

Modelos históricos de relação Estado/movimentos em vários setores do governo demonstraram a heterogeneidade do Brasil, e a liderança do PT que possibilitou a presença de aliados dos Movimentos Sociais em postos-chave dentro do Estado, formou um padrão peculiar de administração, portanto, definir a base ideológica dos partidos que protagonizam essa interação é de extrema importância para a pesquisa. (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014).

3 PARTIDOS POLÍTICOS E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA

Com a intensa participação dos Movimentos Sociais no processo de redemocratização, houve a transição dos líderes para o Estado, inclusive com o movimento das Diretas Já que foi conhecido pela intensa participação dos partidos políticos. Porém, a necessidade de definir a conexão

dos Movimentos Sociais com os políticos decorre do fato que partidos já existentes no regime autoritário continuaram no cenário, tendo em vista que o pluripartidarismo não vetou a participação dos referidos partidos, e assim, verificaremos quais partidos se destacam na promoção dos militantes sociais.

Na primeira eleição direta, vários os partidos estavam fascinados pelas ideias econômicas liberais em oposição aos partidos que primavam pelo desenvolvimentismo democratizado. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), formado por dissidentes do PMDB, inclinou-se para o liberalismo, planejando para o país um “choque de capitalismo”. Em consonância, o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Liberal (PL) também defenderam um programa liberal. O PDS, partido do extinto regime militar, já havia se adequado às ideias do livre mercado desde a crise em 1983. O PFL, mesmo apresentando um candidato que se declarava nacional-desenvolvimentista, demonstrava uma crescente tendência liberal. Em contrapartida, o PMDB, o PDT e o PT seguiram para outro extremo, o desenvolvimentismo em sua versão nacionalista e distributivista (SALLUM, 2003).

Com o advento da Constituição de 1988, que permitiu a organização dos sistemas institucionais de participação, com destaque para a criação dos conselhos gestores nos vários campos de políticas públicas, causou novas expectativas no desempenho e estrutura de diversos setores da Sociedade Civil no Brasil. Simultaneamente a esse processo, acompanha-se à crescente entrada do PT nos governos municipais e estaduais, inovando na criação de programas, como o já conhecido Orçamento Participativo. (SCHERER-WARREN E LUCHMANN, 2015).

Com a abertura democrática e a maior permeabilidade do Estado, essa atuação institucional se intensificou, com o forte envolvimento dos movimentos na criação de novos espaços de participação no interior do Estado, a ocupação de postos na burocracia pública e a atuação nas eleições em favor de candidatos aliados ou lançando candidatos dos próprios movimentos. A presença do Partido dos Trabalhadores facilitava essa atuação institucional, principalmente quando o Partido se tornava governo. Nesse novo contexto, o desafio da análise estava em compreender como os Movimentos Sociais produziam mudanças em contextos democráticos e de que forma esse contexto impactava os movimentos. (MEZA E TATAGIBA, 2016, p. 356).

Visto a importância dos Movimentos Sociais na construção do sistema partidário nacional, é importante identificar o que significa ideologia e as posições políticas esquerda e direita, bem como a construção histórica do conceito.

O uso das categorias esquerda e direita para indicar preferências políticas remete ao fim do século XVIII, na reunião dos Estados Gerais durante a Revolução Francesa. Os representantes do igualitarismo e reforma social sentavam-se à esquerda do rei, e os representantes da aristocracia e conservadorismo, à direita. O que originalmente, refletia diferença entre a defesa da ordem ou da

mudança, ao longo do século XIX essa distinção entre esquerda e direita passa a ser relacionada com a distinção entre liberalismo e conservadorismo (TAROUCO E MADEIRA, 2013).

As definições das posições direita e esquerda continuam a ser reinventadas, com o crescimento do movimento operário e a propagação da concepção marxista a aceção da posição de esquerda passa a englobar a defesa dos interesses da classe proletária, em razão disso a direita passa a ser relacionada com a defesa do capitalismo e a burguesia como principal interessada no livre mercado muda de lado. (TAROUCO E MADEIRA, 2013).

Em sua teoria econômica da democracia, Downs (1999) conceitua ideologia como *afirmação pública a respeito de política partidária, já que ou contém ou implica propostas específicas de ação* (p.123), e afirma que os partidos políticos desenvolvem sua ideologia como meio de obter votos, se interessam na vitória e não em construir uma sociedade melhor. Assim, ideologicamente cada partido somente corresponderia aos anseios de parcela da sociedade, mas diante da incerteza de qual parcela rende mais votos, evitam ideologias radicais mantendo apenas um núcleo relativamente coerente e imóvel. Desse modo, os partidos se situam entre os polos da intervenção estatal na economia, de um lado a extremidade esquerda (controle governamental pleno) e do outro a extremidade direita (mercado completamente livre). A posição adotada pelos partidos pode variar de acordo com a probabilidade de preferência do eleitorado.

No Brasil, a direita corrobora a autoridade do Estado para que a propagação das ideias de igualdade não provoque lesão à ordem, em contrapartida, a esquerda questiona a autoridade do Estado quando ele tenta controlar os Movimentos Sociais e políticos igualitaristas, apesar de demandá-la na sua função redistributiva. Os atributos que indicam um posicionamento mais à esquerda: regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do Estado de bem-estar e referências positivas à classe trabalhadora; os atributos que indicam uma posição mais à direita: menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, incentivos, ortodoxia econômica, limitação do Estado de bem-estar e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais em contraponto aos operários (TAROUCO E MADEIRA, 2013).

Porém, apesar de teoricamente as posições politico-ideológicas estarem bem definidas, ainda há um subdesenvolvimento político que provoca instabilidade no sistema partidário e sua incapacidade de representar efetivamente os interesses sociais. (RODRIGUES, 2009).

As críticas ao sistema partidário brasileiro são enumeradas por Rodrigues (2009) que reúne 6 aspectos: 1) à alta fragmentação partidária que surgiu com a Constituinte; 2) à fragilidade dos partidos, expressa pela inconstância de meras legendas concebidas para satisfazer projetos pessoais que pouco tempo depois desapareceriam; 3) à falta de fidelidade partidária, de coesão, de disciplina

demonstradas peças sucessivas mudanças de partidos por parte dos políticos; 4) à falta de consistência ideológico-programática, fato que permitiria coligações eleitorais mais excêntricas, em princípio conflitantes programaticamente, juntando partidos que em outros municípios ou Estados são concorrentes; 5) à patronagem, ao clientelismo e ao patrimonialismo, que seriam distinções bem acentuadas no sistema partidário e eleitoral brasileiro e teriam resistido à mudança do regime; 6) ao individualismo dos políticos, atributo que levaria à competição intrapartidária e a predominância das estratégias pessoais sobre as coletivas.

Para a presente pesquisa as posições ideológicas dos partidos serão consideradas a partir do trabalho de Maciel, Alarcon e Gimenes (2018) que reúne 3 surveys de acordo com as escalas desenvolvidas por Wiesehomeier e Benoit (2007), pela ABCP (2010) e PLB (2013). Os partidos mais à esquerda do espectro são o PSOL, o PCdoB e o PT, o PSB e o PDT se mantêm centro esquerda. O PMDB se destaca no centro e a direita é formada pelo PSC, PP e DEM.

A primeira escala, desenvolvida por Wiesehomeier e Benoit classificava os partidos políticos até 20, onde a esquerda era o 1 a direita era 20 conforme questionário enviado aos especialistas brasileiros. Já a segunda pesquisa foi realizada entre os pesquisadores das áreas temáticas de partidos políticos durante o encontro da Associação Brasileira de Ciência Política em 2010 e a escala variava de 1 (extrema esquerda) a 7 (extrema direita). A Pesquisa Legislativa Brasileira desenvolvida com a colaboração de Zucco (2011) analisa a posição dos próprios parlamentares e consideram entre 1 esquerda, 5 centro e 10 direita. (MACIEL, ALARCON E GIMENES, 2018).

Tabela 1 - Posições dos partidos políticos brasileiros no espectro ideológico segundo resultados de experts surveys e da média do autoposicionamento ideológico dos parlamentares

Partidos	Wiesehomeier e Benoit	ABCP	PLB
PSOL	2,95	1,4	2
PCdoB	4,96	2,3	1,43
PT	6,37	2,9	2,62
PSB	7,5	3	3,43
PDT	8,38	3,33	4,5
PCB – PPS	10,38	4	3
PMDB	11,5	4,2	4,58
PSDB	13,46	4,6	4,1
PTB	13,6	5	4
PSC	15,62	5,2	6
PP	16,78	6	6
DEM	17,33	6,2	6,4

Fonte: Maciel, Alarcon e Gimenes (2018) Adaptado de Tarouco e Madeira (2015, p. 32) e Pesquisa Legislativa Brasileira (2013).

No entanto, os questionamentos sobre a classificação ideológica realizadas em todas as edições da pesquisa de Zucco (2011) apontam que há considerável estabilidade no modo como os

parlamentares identificam a si e seus pares. Os partidos brasileiros estão organizados no espectro ideológico de maneira bastante compatível com o que seria esperado pela comunidade acadêmica. O PSOL é o partido mais à esquerda, o DEM aparece, pela primeira vez, como partido mais à direita e o centro é ocupado pelo PMDB, em companhia do PPS e do PSDB (Zucco, 2011).

Zucco (2011), em sua pesquisa, revelou uma curiosa regularidade empírica demonstrada nos dados. É tendência entre os parlamentares brasileiros se afirmarem a esquerda de onde “efetivamente” estão localizados. Este fato foi identificado pela por Pierucci (1987) e Rodrigues (1987) como a “Direita Envergonhada”. A hipótese pela qual esse fenômeno ocorre é que a direita envergonhada esteja relacionada às heranças do regime militar, e ao inconveniente que pode causar ao político que se manifestar “de direita”. Recentemente, o antigo PFL iniciou um processo de “modernização,” que incluiu a indicação de figuras mais jovens para posições de destaque do partido e a própria mudança no nome e sigla do partido, se tornando o DEM. Atualmente, se considerados os avanços nos discursos, pautas e manifestações neste âmbito do espectro, esses grupos políticos que se declaravam mais à esquerda, tendem a ser suplantados por uma “direita orgulhosa” (MACIEL, ALARCON E GIMENES, 2018).

Com a possibilidade de uma nova onda conservadora dado o reaparecimento de uma direita mais nítida, pautas da esquerda que não envolvem só o aspecto político-econômico voltam com mais força através dos movimentos sociais, incluindo os valores pós-materiais.

4 DEPUTADOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 1988 determina que a Câmara dos Deputados seja composta pelos representantes eleitos pelo povo, através do sistema proporcional e em número proporcional à quantidade de habitantes de cada estado. Foi escolhida como objeto da presente pesquisa porque em alguma medida constitui a referência de representatividade da população. Daí surge a necessidade de analisar o histórico social dos parlamentares, e saber quais deles possuem conhecimento mais aprofundado das lutas políticas, seja das classes sociais ou dos movimentos que buscam consolidar as próprias identidades na sociedade.

No que diz respeito a essa dinâmica entre Estado e Sociedade, Abers e Bullow (2011) mencionam um impasse que acontece dentro das instituições, porque mesmo os Movimentos Sociais que compreendem as necessidades de ativistas no interior das instituições em regra não admitem a existência dessas alianças, que muitas vezes, envolvem a construção de redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade, por falta de compreensão do limites da função estatal.

A experiência brasileira é bastante interessante nesse sentido. No nosso caso, a decisão dos movimentos em atuar no campo institucional resultou na criação de um novo partido político (o PT) o qual, por sua vez, levou para o campo político, reivindicações e projetos históricos dos movimentos, resultando num eficaz aprofundamento da democracia. As potencialidades e os empecilhos desses vínculos entre Sociedade Civil e sociedade política ficariam mais perceptíveis com o tempo, sobretudo quando além de partido, o PT assumia governo (DAGNINO, 2002).

O resultado desse “*compartilhamento de projetos políticos*” (DAGNINO, 2002), impactou a configuração dos atores e o espaço onde agiam. Ao cruzar essas fronteiras, os ativistas tornavam a linha divisória entre os campos privado e político menos nítida, exigindo do pesquisador novas ferramentas teórico-metodológicas para descrever e analisar seu caráter flexível e dinâmico (TATAGIBA, 2009).

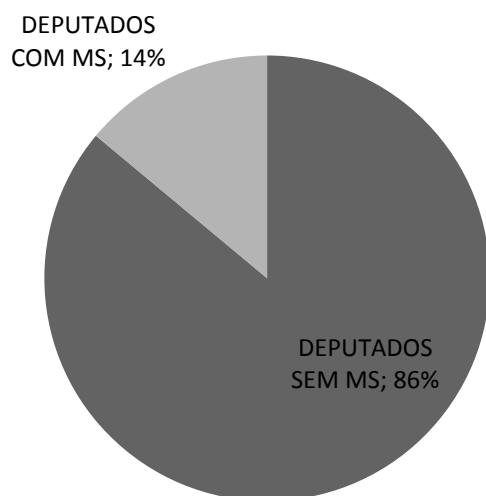
A literatura sobre Movimentos Sociais na América Latina, sob forte influência da teoria dos novos Movimentos Sociais, não dedicou muita atenção às dinâmicas dos movimentos em face ao Estado, aos governos e aos partidos (GOHN, 2000). Afinal, a forma de conceber os movimentos e sua “novidade” estava em muitos casos associada à concepção da não-relação. Por isso não surpreende que esse tenha sido, ao longo do tempo, um tema negligenciado ou quando muito tratado sob os contornos de um conceito de autonomia apreendido pela negação do vínculo (TATAGIBA, 2009).

Com a abertura democrática e a maior permeabilidade do Estado, essa atuação institucional se intensificou, com o forte envolvimento dos movimentos na criação de novos espaços de participação no interior do Estado, a ocupação de postos na burocracia pública e a atuação nas eleições em favor de candidatos aliados ou lançando candidatos dos próprios movimentos. A presença do Partido dos Trabalhadores facilitava essa atuação institucional, principalmente quando o Partido se tornava governo. Nesse novo contexto, o desafio da análise estava em compreender como os Movimentos Sociais produziam mudanças em contextos democráticos e de que forma esse contexto impactava os movimentos (MEZA & TATAGIBA, p. 356, 2016).

Diante da lacuna de estudos que medissem essa transição dos indivíduos entre as mobilizações sociais e as instituições estatais, a presente pesquisa tem um intuito de quantificar quais deputados começaram a atividade política através do ativismo social, cruzar esses números com os partidos que tem cadeiras na câmara e se há diferença proporcional de gênero entre os deputados que participaram dos movimentos.

O gráfico a seguir mostra a totalidade dos deputados, em cinza escuro os que têm origens variadas sem contar Movimentos Sociais e na tonalidade mais clara os deputados que participaram de Movimentos Sociais no início da vida pública.

Gráfico 1 - Deputados que iniciaram a carreira pública através dos movimentos sociais no Brasil

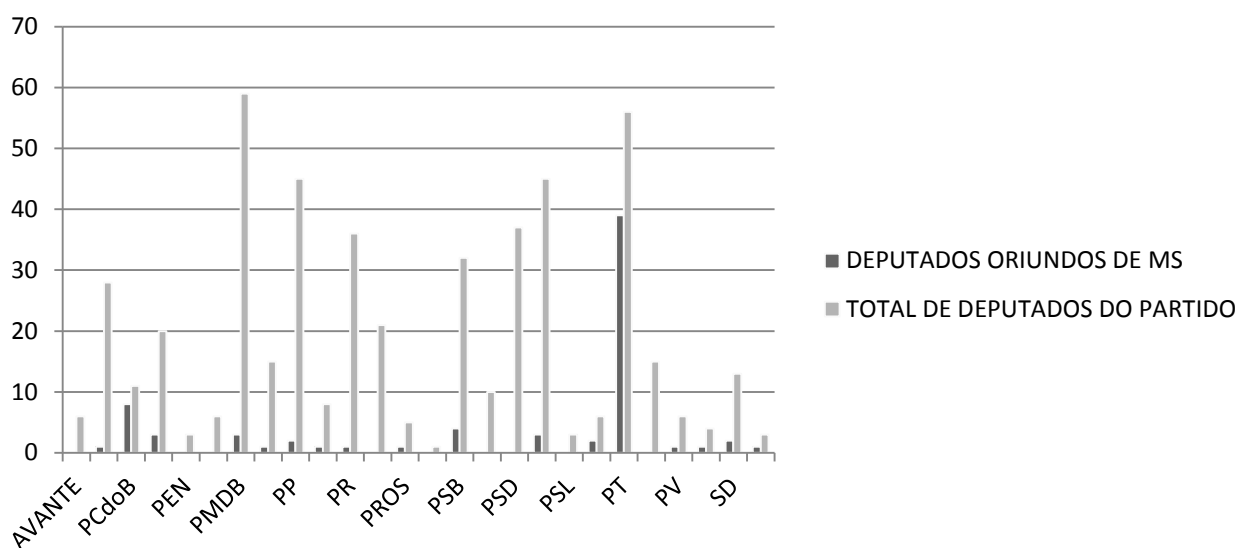


Fonte: Dados coletados pela autora na internet, (2017).

Dos 513 deputados apenas 73 têm dados que mostram sua participação nas mobilizações da Sociedade Civil que totaliza um percentual aproximado de 14%, portanto, observamos que apenas 1/6 dos políticos que representam institucionalmente os interesses da população já lutavam pelos direitos em arenas extraparlamentares.

Com a intensa participação dos Movimentos Sociais no processo de redemocratização houve a transição dos líderes para o Estado, porém a necessidade da análise no âmbito partidário decorre de que partidos que já existiam no regime autoritário continuaram no cenário tendo em vista que o pluripartidarismo não vetou a participação dos referidos partidos, e assim, verificaremos quais partidos se destacam na promoção dos militantes sociais.

Gráfico 2 - Relação entre partidos e os deputados oriundos de movimentos sociais



Fonte: Dados coletados pela autora na internet, (2017).

O gráfico acima apresenta a relação entre os partidos e os deputados oriundos de Movimentos Sociais, as linhas claras correspondem ao total de deputados do partido e as linhas escuras aos deputados com histórico de ativismo social, percebe-se que a maior parte dos políticos com histórico de participação entre os Movimentos Sociais estão restrito em poucos partidos que geralmente se posicionam no lado esquerdo do espectro ideológico. Partidos estes que tiveram maior destaque entre os sindicatos e os estudantes, que reflete um desdobramento dos movimentos classistas que ocorreram no fim do regime militar e a transição para o atual período democrático.

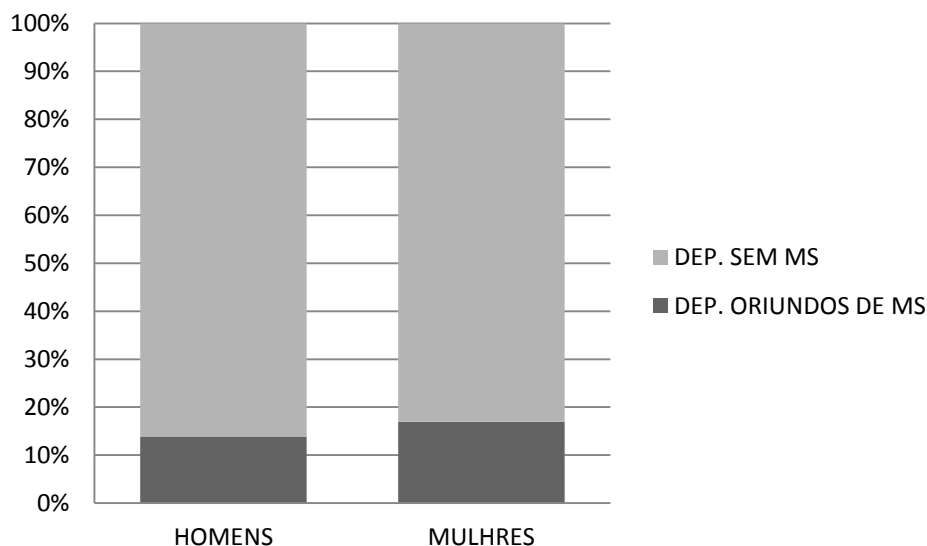
Esses partidos se apresentam à esquerda no cenário político, em destaque o PT, que de 56 deputados, 39 iniciaram a vida política em movimentos sindicais e/ou estudantis e em seguida o PC do B, que de 11 deputados, 8 eram de Movimentos Sociais, com as maiores proporções de ativistas.

Os dados coletados permitiram, além das análises já comentadas, observar variações entre os gêneros, era uma hipótese mais exploratória que indicaria se haveria uma relação entre representação política e tipos de grupos sociais aos os homens ou mulheres estão integrados. A ideia partiu do estudo de Sacchet (2009), que aponta diferenças na representação política, entre homens e mulheres.

. Sacchet (2009) afirma que desde os anos 70 as características relacionadas a atuação política feminina estavam atreladas ao papel social que geralmente as mulheres desempenham em suas famílias e comunidades. Elas passaram a ser consideradas atores relevantes para o desenvolvimento social, e, de fato, historicamente a participação feminina em Movimentos Sociais como o das mães pela saúde e custo de vida, já refletia as demandas com as quais as mulheres mais se identificavam. Portanto a avaliação de conhecimento político não é livre de viés, afinal de contas, ainda que os homens possam saber mais sobre questões da política formal, as mulheres podem saber mais sobre

assuntos voltados ao dia a dia da vida familiar e comunitária, igualmente importantes para a formulação de políticas públicas (SACCHET, 2009).

Gráfico 3 – Diferença percentual entre os gêneros dos deputados que participavam dos movimentos sociais.



Fonte: Dados coletados pela autora na internet, (2017).

Conforme o gráfico acima, entre os homens aproximadamente 14% e entre as mulheres 17% integravam os quadros dos Movimentos Sociais, medidas proporcionalmente irrelevantes para o presente trabalho. O total de deputados do gênero masculino é de 460 e desses 64 participavam ativamente de Movimentos Sociais, já entre as deputadas, gênero feminino, das 53 mulheres, nove são provenientes dos Movimentos Sociais.

De qualquer modo, tentar separar homens e mulheres como agentes políticos ou sociais, respectivamente, contribui para fixar estereótipos e predefinir papéis em diferentes esferas da sociedade, que perpetua desigualdades de influência e poder. Mais do que celebrar o papel importante desempenhado pelas mulheres nos Movimentos Sociais, é necessário que sejam criadas iniciativas públicas e implementados instrumentos eficazes para promover politicamente as mulheres e incentivar maior interesse e envolvimento dos homens com os trabalhos e iniciativas da família e da comunidade.

CONCLUSÃO

Afinal, ao avaliarmos a intersecção entre movimentos sociais e a câmara dos deputados que é formada pelos representantes do povo brasileiro e em alguma medida constitui a referência de representatividade da população; observamos que apenas 1/6 dos deputados iniciaram a carreira

pública em movimentos sociais, e o grupo de parlamentares que militou nos movimentos sociais estão restritos a poucos partidos, partidos estes que tiveram maior destaque entre os sindicatos e os estudantes.

Outra conclusão importante é que o padrão dos partidos se repetiu entre as mulheres e da mesma forma que elas se destacaram em movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 elas ainda tem maioria proporcional quando se trata de movimentos sociais, mas as diferenças numéricas aqui não são tão relevantes.

Assim, movimentos sociais passaram de um conjunto de pessoas com reivindicações desordenadas em face do Estado a um grupo organizado que se articula negociando com os governantes, sem perder sua autonomia.

Por tudo isso, apesar da literatura abordar o tema dessa interação constantemente ainda está longe de exaurir o assunto, principalmente diante da pouca pesquisa empírica na área, assim consideramos que iniciamos um tópico importante que dará margem a novas análises da dinâmica entre os atores do Estado e da Sociedade Civil.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Von. Movimentos Sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 13, n. 28, p. 52-84, Dec. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 57, n. 2, p. 325-357, June 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 07 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique. 1988. "Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro". *Dado*, 31, 1: 5-34.
- ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de. **REPENSANDO REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: entre a unidade e a pluralidade**. 2011. 371 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8RGKZN/tese_doutorado_debora_almeida___fafich_2011.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 jun. 2018.
- ALONSO, Angela. As teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo , n. 76, p. 49-86, 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. ASCENSÃO E CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016: PODER ESTRUTURAL, CONTRADIÇÃO E IDEOLOGIA. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 2, e172129, Aug. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000200209&lng=en&nrm=iso>. access on 06 June 2018. Epub Dec 21, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , n. 21, p. 83-108, Nov. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000200007>.
- CARDOSO, Gabriela Ribeiro. Perspectivas sobre a participação política em Inglehart e Putnam: origens, aproximações e divergências. **em Tese**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.1-13, 19 jul. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2012v9n2p1>
- CARDOSO, Ruth C. L. **A trajetória dos Movimentos Sociais**, in: DAGNINO, Evelina (Org.) Anos 90, política e sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. **Cad. CRH**, Salvador , v. 21, n. 54, p. 439-455, Dec. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 30 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300003>.

LAVALLE PARTICIPAÇÃO: VALOR, UTILIDADE, EFEITOS E CAUSA Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011. v. 7 (372 p.): gráfs., tabs. – (Diálogos para o desenvolvimento)

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 11 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>.

MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: Parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, [S.l.], v. 8, n. 3, jan. 2018. ISSN 2236-451X. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/54834>>. Acesso em: 05 jun. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i3.54834>.

MEZA, Humberto; TATAGIBA, Luciana. Movimentos Sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). **Opin. Publica**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 350-384, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000200350&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016222350>.

RODRIGUES, LM. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 186 p. ISBN: 978-85-7982-025-0. Available from SciELO Books.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opin. Publica**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, Nov. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002>.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 4a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SALLUM, Bráilio, Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [en línea] 2003, 18 (Junio-Sin mes) : [acesso em: 4 de junho de 2018] Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10705203>> ISSN 0102-6909

TATAGIBA, Luciana. (2009), "Relação entre Movimentos Sociais e Instituições Políticas no Cenário Brasileiro Recente. Reflexões em torno de uma Agenda Preliminar de Pesquisa". Disponível em http://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/public-files/2009-artigotatagiba_luciana.pdf. Acesso em 15/05/2018.

TARROW, Sidney. (2009), *Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis, Vozes.

TAROUÇO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, Mar. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 04 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. **Lua Nova**, São Paulo , n. 67, p. 191-228, 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 06 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452006000200007>.

ZUCCO JR, CESAR, Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. Princeton University .2009. acesso em 05 de junho de 2018. <http://fas-polisci.rutgers.edu/zucco/papers/paper-esquerdadireitagoverno.br.pdf>